

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE PONTA GROSSA – PROLAR
CNPJ 81.670.804/0001-08
Ponta Grossa - PR

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

ATIVO (Em Reais)

P A S S I V O (Em Reais)

	2017	2.016		2.017	2.016
CIRCULANTE	<u>4.557.047</u>	<u>6.194.050</u>	CIRCULANTE	<u>430.068</u>	<u>727.156</u>
DISPONIBILIDADES	<u>324.085</u>	<u>1.144.747</u>	Fornecedores	107.182	379.231
			Obrigações fiscais/tributárias	23.166	9.339
Caixa e equivalentes de caixa (nota 04)	324.085	1.144.747	Obrigações sociais/trabalhistas	223.384	168.502
			Outras contas a pagar	71.901	112.390
DIREITOS REALIZÁVEIS	<u>4.232.962</u>	<u>5.049.303</u>	Adiantamento de clientes	1.584	2.184
			Empréstimos	-	-
Duplicatas a receber (nota 05)	1.963.481	2.035.724	Convênios	1	3.700
Estoques (nota 06)	2.175.339	2.731.583	Garantias e cauções	2.850	51.810
Adiantamentos a funcionários	33.341	16.949			
Impostos a recuperar	47.449	74.638			
Outros valores a receber	10.037	186.182	NÃO CIRCULANTE	<u>4.595.201</u>	<u>4.150.236</u>
Despesas antecipadas	3.315	4.227			
			Resultado de exercícios futuros (nota 8)	4.420.423	4.070.901
NÃO CIRCULANTE	<u>4.285.399</u>	<u>4.339.599</u>	Fundo municipal de habitação (nota 09)	174.778	79.335
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	<u>3.734.365</u>	<u>3.093.166</u>			
Duplicatas a receber (nota 05)	3.728.904	3.093.166	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>3.817.177</u>	<u>5.656.257</u>
Outros valores a receber	5.461	-			
			Capital social (nota 12)	12.751.135	11.969.659
INVESTIMENTOS	-	<u>661.099</u>	Prejuízos acumulados	(8.933.958)	(6.313.402)
IMOBILIZADO (nota 07)	<u>461.099</u>	<u>474.829</u>			
INTANGÍVEL	<u>89.935</u>	<u>110.505</u>			
TOTAL DO ATIVO	<u>8.842.446</u>	<u>10.533.649</u>	TOTAL DO PASSIVO	<u>8.842.446</u>	<u>10.533.649</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE PONTA GROSSA – PROLAR
CNPJ 81.670.804/0001-08
Ponta Grossa - PR

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – R\$
PERÍODO DE 01/JAN/2016 A 31/DEZ/2017

CONTAS ESPECIFICAÇÕES	CAPITAL SOCIAL			AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	SUBSCRITO	A REALIZAR	TOTAL			
SALDOS EM 01/JAN/2016	<u>9.474.146</u>	-	<u>9.474.146</u>	<u>944.474</u>	<u>(4.626.114)</u>	<u>5.792.506</u>
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL	4.524.097	(2.028.584)	2.495.513			2.495.513
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	(944.476)	944.476	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	(2.631.762)	(2.631.762)
SALDOS EM 31/DEZ/2016	<u>13.998.243</u>	<u>(2.028.584)</u>	<u>11.969.659</u>	-	<u>(6.313.402)</u>	<u>5.656.257</u>
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL		781.476	781.476	-	-	781.476
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	(220)	(220)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	(2.620.336)	(2.620.336)
SALDOS EM 31/DEZ/2017	<u>13.998.243</u>	<u>(1.247.108)</u>	<u>12.751.135</u>	-	<u>(8.933.958)</u>	<u>3.817.177</u>

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE PONTA GROSSA - PROLAR			COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE PONTA GROSSA - PROLAR		
CNPJ 81.670.804/0001-08			CNPJ 81.670.804/0001-08		
Ponta Grossa - PR			Ponta Grossa - PR		
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO			DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
Em R\$	01/JAN./2017 A 31/DEZ./2017	01/JAN./2016 A 31/DEZ./2016	Em R\$	PERÍODO 01/JAN./2017 A 31/DEZ./2017	PERÍODO 01/JAN./2016 A 31/DEZ./2016
RECEITA BRUTA	1.126.806	1.069.020	FLUXO DE CAIXA DA ATIVIDADE OPERACIONAL		
Venda de imóveis (nota 12)	1.126.806	1.069.020	Prejuízo do exercício	(2.620.336)	(2.631.762)
DEDUÇÃO DAS RECEITAS (nota 13)	(154.936)	(146.990)	. Ajuste de exercícios anteriores	(220)	-
RECEITA LÍQUIDA	971.870	922.030	. Depreciações e amortizações	76.826	19.434
CUSTO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS (nota 14)	(392.764)	(334.132)	Prejuízo ajustado	(2.543.730)	(2.612.328)
LUCRO BRUTO	579.106	587.898	. Variação nas contas de duplicatas a receber	(563.495)	806.599
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(3.199.442)	(3.219.660)	. Variação na conta de terrenos sem benfeitorias	556.244	(1.147.268)
Despesas gerais e administrativas (nota 15)	(3.381.001)	(3.602.452)	. Recursos de convênio a aplicar	-	-
Despesas financeiras (nota 16)	(22.129)	(14.659)	. Variação na conta de tributos a recuperar	27.189	65.582
Receitas financeiras (nota 17)	133.380	253.073	. Variação na conta de fornecedores	(272.049)	322.639
Outras receitas/despesas operacionais	70.308	144.378	. Variação na conta de obrigações fiscais/tributárias	13.827	990
RESULTADO OPERACIONAL	(2.620.336)	(2.631.762)	. Variação da conta obrigações trabalhistas e sociais	54.882	4.752
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(2.620.336)	(2.631.762)	. Variação da conta obras a executar	-	-
Prejuízo por lote de 1.000 ações	219	(220)	. Variação da conta fundo municipal de habitação	95.443	40.706
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO			. Variação da conta resultado exercícios futuros	349.522	(377.123)
	2017	2016	. Variação de outras contas ativas e passivas	65.152	(122.190)
1 RECEITAS	1.146.091	1.213.398	. Variação na conta de convênios	(3.699)	(6)
1.1 Venda de Imóveis	1.126.806	1.069.020	Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(2.220.714)	(3.017.647)
1.2 Outras receitas e despesas	19.285	144.378	FLUXO DE CAIXA DA ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
2 INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(1.721.140)	(2.137.621)	Aquisição de imobilizado/intangível	(42.523)	(411.345)
2.1 Custos dos imóveis vendidos	(392.764)	(334.132)	Aquisição de Investimentos	661.099	(661.099)
2.2 Materiais, serviços terceiros, outros	(1.328.376)	(1.803.489)	Caixa líquido das atividades de investimento	618.576	(1.072.444)
3 VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	(575.049)	(924.223)	FLUXO DE CAIXA DA ATIVIDADE DE FINANCIAMENTOS		
4 RETENÇÕES	(76.826)	(55.264)	Aumento de Capital Social	781.476	2.495.513
4.1 Depreciação, amortização	(76.826)	(55.264)	Caixa líquido das atividades de financiamento	781.476	2.495.513
5 VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PROD PELA ENTIDADE(3-4)	(651.875)	(979.487)	AUMENTO LÍQUIDO DAS DISPONIBILIDADES	(820.662)	(1.594.578)
6 VALOR ADICIONADO POR TRANSFERÊNCIA	111.251	253.074	DISPONIBILIDADES:	(820.662)	(1.594.578)
6.1 Resultado da Equivalência Patrimonial	-	-	No Início	1.144.747	2.739.325
6.2 Receitas Financeiras	111.251	253.074	No Final do Exercício	324.085	1.144.747
7 VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	(540.623)	(726.413)			
8 DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	(540.623)	(726.413)			
8.1 Pessoal e encargos	1.907.353	1.729.484			
8.2 Impostos, taxas e contribuições	166.731	166.826			
8.3 Juros e aluguéis	5.629	9.039			
8.4 Prejuízo do exercício	(2.620.336)	(2.631.762)			

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE PONTA GROSSA - PROLAR

Cnpj nº 81.670.804/0001-08

Ponta Grossa - PR

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Período de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2017

Valores Expressos em R\$ 1,00

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE PONTA GROSSA - PROLAR foi criada em 13 de setembro de 1989 nos termos da lei municipal nº 4.298, sob a forma de Economia Mista, sociedade anônima de capital fechado, tendo como acionista majoritário a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, sendo regido pelo Estatuto Social, seus Regimentos e Regulamentos e em consonância com a legislação aplicável. Tem como objetivo social:

- Elaborar planos e programas visando equacionar e propor soluções para o problema habitacional no município;
- Atuar como entidade captadora e administradora de recursos oriundos da União, do Estado do Paraná, do município de Ponta Grossa e de entidades paraestatais e instituições financeiras, destinados à construção de casas populares e execução de loteamentos para fins habitacionais;
- Elaborar e executar projetos de implantação de núcleos habitacionais;
- Incentivar e apoiar a construção de casas populares, através de projetos tipo mutirão e outros, para fins familiares de baixa renda;
- Incentivar e promover o desfavelamento, com a construção de casa de baixo custo, para atendimento das parcelas mais carentes da população;
- Projetar, construir, incorporar, financiar, e comercializar habitações convencionais e de interesse social, lotes residenciais e materiais de construção;
- Produzir industrialmente artefatos de concreto e outros aplicáveis na edificação das habitações e obras complementares de urbanização e paisagismo de núcleos residenciais;
- Celebrar convênios e firmar contratos com órgãos governamentais, entidades paraestatais e privadas, e instituições financeiras, para consecução de suas finalidades;
- Negociar a importação e importar, se necessário, materiais destinados à construção de moradias.

A COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE PONTA GROSSA – PROLAR poderá participar de outras sociedades, desde que seja meio de realizar o projeto social.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância aos Princípios Fundamentais de Contabilidade e às práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com a Legislação societária, contemplando as alterações e atualizações das leis nº 11.638/07 e 11.941/09.

Em simetria com os Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a empresa adotou as avaliações e os procedimentos necessários para a apresentação das demonstrações contábeis em conformidade com novas Práticas Contábeis.

A companhia elaborou estudos sobre os reflexos da aplicação das disposições da Lei nº 12.973/14, concluindo que não há efeitos relevantes nas suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015, em decorrência das taxas de depreciação aplicadas sobre seu ativo imobilizado, que não ultrapassam os limites estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Os efeitos inflacionários são reconhecidos através da atualização monetária dos ativos e passivos, sujeitos à indexação ou variação cambial, e estão refletidos no resultado do exercício.

NOTA 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

Dentre os principais procedimentos adotados para a elaboração das demonstrações contábeis ressaltamos:

a) APURAÇÃO DO RESULTADO

As receitas, despesas e provisões são escrituradas dentro do período em que foram auferidas ou incorridas, estando, portanto, registradas conforme sua competência.

b) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa incluem os saldos em bancos, contas movimento e aplicações financeiras, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, as quais não superam os respectivos valores de mercado.

c) DUPLICATAS A RECEBER

As contas a receber englobam os créditos, com clientes, faturados até a data de encerramento do exercício, contabilizados com base no regime de competência.

d) OUTROS ATIVOS

Os demais ativos estão apresentados ao custo de aquisição, atualizados conforme disposições legais ou contratuais, ajustados ao valor provável de realização.

e) ESTOQUE

A entidade avalia os estoques pelo menor valor entre o custo e o preço de venda estimado, diminuindo os custos e despesas com vendas.

O critério de mensuração do custo inclui todos os custos de compra, custos de transformação e outros custos incorridos para trazer os estoques para sua localização e condição atuais.

f) IMOBILIZADO/INTANGÍVEL

Está demonstrado ao custo de aquisição, ajustado por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, a taxas estabelecidas em

função do tempo de vida útil, fixado por espécie de bens.

Os saldos inerentes aos bens imobilizados se encontram apresentados pelo seu valor recuperável, não havendo qualquer evidência de fatos que possam refletir em perdas na realização desses ativos.

g) PASSIVO CIRCULANTE

Demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações monetárias incorridas.

h) PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS

A companhia possui ações trabalhistas tramitando em juízo, na qualidade de requerida, cujos valores e riscos associados foram determinados mediante a análise dos processos, sendo aqueles classificados como de provável perda, foram constituídas a provisão respectiva.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A composição do caixa e equivalente de caixa discrimina-se da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 2017	Saldo em 2016
Caixa Arrecadação	-	1.000
Bancos conta movimento	225.983	254.606
Aplicações financeiras	98.102	889.141
Total	324.085	1.144.747

NOTA 5. DUPLICATAS A RECEBER

A composição das duplicatas a receber discrimina-se da seguinte forma:

Descrição	Circulante	Saldo 2017		Saldo 2016	
		Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante
Lotes Residenciais	984.002	1.740.086	1.168.245	641.258	
Lotes Comerciais	514.522	988.234	559.036	1.469.567	
Conjuntos Residenciais	683.575	1.000.584	578.200	982.341	
PECLD ¹	(218.618)	-	(269.757)	-	
Total	1.963.481	3.728.904	2.035.724	3.093.166	

¹ PECLD – Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa

NOTA 6. ESTOQUES

Os saldos de estoques estão apresentados da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 2017	Saldo em 2016
Terenos sem benfeitorias	717.600	717.600
Imóveis a comercializar	1.418.749	1.974.214
Estoque interno	38.990	39.769
Total	2.175.339	2.731.583

NOTA 7. IMOBILIZADO

Bem	Custo	Depreciação Acumulada	2017 líquido	2016 líquido	Taxa anual de depreciação
Veículos	113.142	(77.536)	35.606	49.595	20%
Móveis e utensílios – adm.	104.646	(41.703)	62.943	65.521	10%
Máquinas e equipamentos	30.592	(10.495)	20.097	14.979	10%
Computadores e Periféricos	130.108	(76.219)	53.889	50.397	20%
Terminais Telefônicos	9.332	(1.959)	7.373	2.261	10%
Benfeitorias	296.893	(15.702)	281.191	292.076	4%
Total	684.713	(223.614)	461.099	474.829	

Os saldos estão apresentados pelo seu valor recuperável, não havendo qualquer evidência de fatos que possam refletir em perdas na realização desses ativos.

NOTA 8. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

No ato da assinatura do contrato de compra e venda de loteamentos os valores das vendas são transportados para a conta de Receita e Exercícios Futuros, onde seu saldo é baixado para o resultado proporcionalmente às receitas recebidas no período.

Assim também, os custos da obra são transportados para a conta de Custos de Exercícios Futuros, que são baixados conforme as receitas para a conta de custos no resultado.

O saldo de resultado de exercícios futuros está apresentado da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 2017	Saldo em 2016
Receita de Exercícios Futuros:		
Lotes Residenciais	2.724.087	1.809.502
Lotes Comerciais	1.502.756	2.028.604
Conjuntos Residenciais	1.684.159	1.560.540
Total (a)	5.911.002	5.398.646
Custo de Exercícios Futuros:		
Lotes Residenciais	(902.236)	(639.051)
Lotes Comerciais	(303.309)	(391.292)
Conjuntos Residenciais	(284.944)	(297.402)
Total (b)	(1.490.579)	(1.327.745)
Total (a+b)	4.420.423	4.070.901

NOTA 9 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Os saldos de fundo municipal de habitação estão apresentados da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 2017	Saldo em 2016
Parque dos Sabiás	133.191	72.427
Parque das Andorinhas	41.587	6.908
Total	174.178	79.335

NOTA 10. CAPITAL SOCIAL

O capital social autorizado é de R\$ 12.751.135 (doze milhões, setecentos e cinquenta e um mil, cento e trinta e cinco reais), pertencentes inteiramente a acionistas domiciliados no país, composto de 12.751.135 (doze milhões, setecentos e cinquenta e um mil, cento e trinta e cinco) ações ordinárias, sem valor nominal.

NOTA 11. CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS

A Companhia está envolvida em processos de natureza trabalhista, que estão sendo discutidos nas esferas apropriadas. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, não constituiu provisão dos valores, baseada no conceito de que tais processos tem a possibilidade remota de se realizar.

NOTA 12. VENDA DE IMÓVEIS

Descrição	Saldo em 2017	Saldo em 2016
Lotes Residenciais	297.817	245.978
Lotes Comerciais	727.512	734.700
Conjuntos Residenciais	101.477	88.342
Total	1.126.806	1.069.020

NOTA 13. DEDUÇÃO DAS RECEITAS

Descrição	Saldo em 2017	Saldo em 2016
(-) COFINS	85.638	81.245
(-) PIS	18.592	17.639
(-) Contrib. Previdenciária s/ Receita Bruta	50.706	48.106
Total	154.936	146.990

NOTA 14. CUSTOS DOS SERVIÇOS EXECUTADOS

Descrição	Saldo em 2017	Saldo em 2016
Custo dos Lotes Vendidos	392.764	334.132
Total	392.764	334.132

NOTA 15. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Descrição	Saldo em 2016	Saldo em 2016
Despesas com Pessoal	1.454.782	1.327.895
Despesas com Diretoria	452.571	401.589
Despesas Tributárias	11.795	19.836
Despesas com lotes a comercializar	815.487	1.034.912
Despesas Gerais	646.366	818.220
Total	3.381.001	3.602.452

NOTA 16. DESPESAS FINANCEIRAS

Descrição	Saldo em 2016	Saldo em 2016
Despesas Bancárias	11.436	2.782
Juros de Mora	5.629	9.039
IOF s/ Operações Financeiras	-	9
Outras despesas financeiras	249	-
Descontos Concedidos	4.815	2.829
Total	22.129	14.659

NOTA 17. RECEITAS FINANCEIRAS

Descrição	Saldo em 2016	Saldo em 2016
Rendimentos de Aplicações Financeiras	50.151	219.917
Juros Recebidos – Mutuários	48.548	19.037
Descontos Obtidos	-	-
Variações Monetárias de Créditos	3	-
Juros Ativos	28.635	7.033
Multas recebidas	6.043	7.086
Total	133.380	253.073

NOTA 18. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL

A Entidade não remunera os membros componentes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, e não distribui ou concede vantagens sob nenhuma outra forma.

NOTA 19. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Após exame das demonstrações contábeis da Companhia de Habitação de Ponta Grossa - Prolar, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, bem como o relatório com ressalvas emitido pela **YSA Auditores e Associados**SS, a Diretoria aprovou a emissão e apresentação das demonstrações financeiras em 05 de março de 2018.

DINO ATHOS SCHRUT
Diretor Presidente

DELOIR JOSÉ SCREMIN JUNIOR
Diretor Financeiro

LUCIANA APARECIDA MIGDALSKI
Contadora
CRC PR-058646/O-2

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia de Habitação de Ponta Grossa - PROLAR, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Balanço Patrimonial e demais demonstrativos pertinentes ao exercício de 2017, e, baseado no parecer da auditoria de YSA AUDITORES E ASSOCIADOS SS, no Relatório da Diretoria, são de parecer que as "Demonstrações Financeiras" traduzem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Companhia, o resultado de suas operações, as Mutações do Patrimônio Líquido e as Origens e Aplicações de Recursos, de acordo com os "Princípios Fundamentais de Contabilidade", aplicados de maneira uniforme em relação ao exercício anterior. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião com respeito ao Balanço, cuja ata segue devidamente assinada pelos Conselheiros presentes, encerrando-se a reunião.

Ary Fernando Guimarães Lovato

Eduardo Marques

Ciro Macedo Ribas Junior

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos

Acionistas e Administradores e Conselheiros da
COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE PONTA GROSSA - PROLAR
Ponta Grossa – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE PONTA GROSSA - PROLAR, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE PONTA GROSSA - PROLAR em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas

operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 10 de março de 2017.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a

tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 05 de março de 2018.

YSA AUDITORES E ASSOCIADOS SS
CRC-PR 07.495/0-0

PEDRO ARMANDO DE LIMA FUNES
CONTADOR CRC-PR 033.119/O-8

24624/2018